

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.057 - MS (2018/0325294-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : CELESTE INES BIAZUS DI DOMENICO
ADVOGADO : DANIEL WINTER - MT011470
RECORRIDO : BUNGE FERTILIZANTES S/A
ADVOGADO : OSCAR JOSÉ REGINALDO MARTINS - MS000978
INTERES. : ALTEVIR SORDI
INTERES. : FERNANDO SORDI
INTERES. : ILDAIR DI DOMENICO - ESPÓLIO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CELESTE INES BIAZUS DI DOMENICO com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA CREDORA – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – PRELIMINAR – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – REJEITADA – MÉRITO – AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS DO DEVEDOR – SUSPENSÃO DO FEITO – HIPÓTESE PREVISTA NO ARTIGO 921, INCISO III, CPC/2015 – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – AFASTADA – SENTENÇA INSUBSISTENTE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Constatado nas razões recursais que a parte apelante apresentou impugnação aos fundamentos da sentença recorrida, tecendo os fundamentos para sua reforma, rejeita-se a preliminar de não conhecimento do recurso por ofensa ao princípio da dialeticidade.

De acordo com entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, na vigência do CPC/1973, a prescrição intercorrente não corre durante o prazo de suspensão do processo de execução por falta de bens penhoráveis, fazendo-se necessária, para a retomada de seu curso, a intimação pessoal do credor para diligenciar no processo, pois é a sua recalcitrância injustificada que faz retomar-se o curso prescricional.

No CPC/2015 a prescrição intercorrente restou disciplinada expressamente, prevendo a suspensão da execução pelo prazo de 1 (um) ano, cujo termo inicial de contagem é da data de sua vigência, período no qual restará sobrestada a prescrição. Findo esse período, inicia-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente (artigo 921, §§ 1º a 4º c/c artigo 1.056, do CPC/2015). No caso, não restou configurada a prescrição intercorrente, tanto na égide do CPC/1973 que pressupõe a intimação pessoal do credor e sua inércia, quanto sob a sistemática do CPC/2015 que prevê o sobrestamento da execução pelo prazo de 1 (um) ano, período no qual está suspensa a prescrição, e cujo termo inicial de contagem é da data de vigência do atual diploma processualista" (fl. 553 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 631-636 e-STJ).

Nas razões recursais (fls. 638-664 e-STJ), além de divergência jurisprudencial

Superior Tribunal de Justiça

(REsp nº 1.593.786/SC), a recorrente alega violação do disposto nos arts. 206, § 3º, do Código Civil; 791, III, do Código de Processo Civil de 1973; e 40, § 2º, da Lei nº 6.830/1980.

Sustenta, em síntese, a ocorrência de prescrição intercorrente da execução, pois o feito permaneceu paralisado por mais de 11 (onze) anos, no período compreendido entre 7/12/2006 e 4/7/2017, diante da inércia da recorrida em localizar bens penhoráveis, sendo desnecessária a intimação da exequente para dar andamento ao processo.

Contrarrazões apresentadas (fls. 738-749 e-STJ), nas quais a recorrida defende que há reiterados julgados da Quarta Turma no sentido de que, para o reconhecimento da prescrição intercorrente, seria necessária a comprovação da inércia do exequente, mediante intimação pessoal para diligenciar nos autos, configurando-se a existência de notória e atual divergência entre as Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ (fls. 742-745 e-STJ).

Aduziu também que devem ser aplicadas as teses contidas no IAC nº 1, especialmente nos itens 1.3 e 1.4, porque o processo estava suspenso, com fundamento no art. 791, III, do CPC/1973, na data em vigor da nova lei processual e porque a recorrida não foi intimada para usufruir do seu direito ao contraditório (fls. 746-749 e-STJ).

O recurso foi admitido na instância de origem (fls. 751-755 e-STJ).

Houve pedido de tutela provisória (fls. 762-770 e-STJ), indeferido pelo Presidente desta Corte Superior no período do recesso forense (fls. 775-777 e-STJ).

O pedido de tutela provisória foi reiterado às fls. 784-858 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece prosperar.

1. Do contexto fático-processual

Trata-se, na origem, de execução de título extrajudicial, promovida pela recorrida contra a recorrente.

O magistrado de primeiro grau declarou extinta a obrigação em decorrência da prescrição (sentença de fls. 308-311 e-STJ).

Irresignada, a recorrida interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que lhe deu provimento, por maioria, por meio do acórdão ora impugnado (fls. 553-568 e-STJ).

Os fatos foram assim apresentados pelo acórdão recorrido:

"(...)

Superior Tribunal de Justiça

Segundo consta dos autos, em 19.10.2005 foi protocolada a petição da ação de execução de título extrajudicial pela empresa Bunge Fertilizantes, objetivando o recebimento da quantia de R\$ 347.663,32 decorrente do inadimplemento de uma carta de fiança (f. 01-10).

Após a citação dos executados, em 17.05.2006 foi pleiteada a suspensão do feito por 60 dias para localização de bens passíveis de penhora (f. 81-82), o que foi deferido por despacho exarado em 29.05.2006 (f. 85).

Transcorrido o prazo da suspensão, o exequente pugnou pela suspensão do feito sine die, uma vez que não localizou bens penhoráveis em nome dos devedores (f. 92-93), o que também foi deferido em 27.11.2006 (f. 96).

Quando do desarquivamento do feito para digitalização (f. 99-103), em 04.07.2017 o exequente apresentou petição com pedido de penhora on line da dívida atualizada no importe de R\$ 1.806.906,63 (f. 104-109), o que foi atendido pela magistrada a quo (f. 114), culminando no bloqueio de R\$ 1.065.842,99, dos quais R\$ 1.024.640,38 pertencem à Celeste Ines Biazus Di Domenico (f. 116-117).

Diante da constrição realizada, foi apresentada a manifestação de f. 121-157, na qual a devedora Celeste alegou a nulidade de atos processuais praticados após o falecimento do co-executado Ildair Di Domenico e a ocorrência da prescrição intercorrente" (fl. 556 e-STJ).

A recorrente sustenta que ocorreu a prescrição intercorrente, porque o feito permaneceu paralisado por mais de 11 (onze) anos, em razão da inércia da recorrida em localizar bens penhoráveis, sendo desnecessária a intimação da exequente para dar andamento ao processo.

O Tribunal local, por sua vez, ao dar provimento ao recurso de apelação, consignou que, "(...) na vigência do CPC/1973, a prescrição intercorrente não corre durante o prazo de suspensão do processo de execução por falta de bens penhoráveis, fazendo-se necessária para a retomada de seu curso a intimação pessoal do credor para diligenciar no processo, pois é a sua recalcitrância injustificada que faz retomar-se o curso prescricional" (fl. 559 e-STJ).

2. Da inaplicabilidade do art. 267, § 1º, do CPC/1973

A controvérsia cinge-se a saber se a retomada do curso do processo executivo, suspenso em virtude de não terem sido encontrados bens penhoráveis dos executados, demandaria necessariamente a intimação da parte exequente.

O tema da prescrição intercorrente foi enfrentado pela Segunda Seção desta Corte Superior no julgamento de incidente de assunção de competência, nos autos do Recurso Especial nº 1.604.412/SC, cujo acórdão recebeu a ementa seguinte:

"RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO

Superior Tribunal de Justiça

INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes: 1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).

1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).

1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório.

3. Recurso especial provido."

(REsp 1.604.412/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2018, DJe 22/8/2018 - grifou-se).

Na hipótese vertente, segundo o acórdão recorrido (fl. 556 e-STJ), o processo executivo de carta de fiança atrelada à cobrança de duplicatas vencidas e não pagas ficou suspenso de 27/11/2006 a 4/7/2017, isto é, por mais de 11 (onze) anos.

Na leitura do referido precedente, é possível extrair a conclusão de que não é o caso de se aplicar a regra do § 1º do art. 267 do CPC/1973, pois, conforme a sua fundamentação,

"(...) a jurisprudência acabou por estabelecer, por analogia, a incidência do art. 267, § 1º, do CPC/1973 para solucionar as hipóteses de inércia das partes. A solução, todavia, parece inadequada ao caso dos autos. Isso porque a regra do abandono da causa reconhece a possibilidade de extinção do processo sem resolução de mérito após o curto lapso temporal de 30 dias, possibilitando ainda a repropositura da demanda, uma vez que a extinção sem resolução de mérito não faz coisa julgada material.

Assim, por qualquer ângulo que se analise a questão posta, seja ele sob o viés causal, seja sob o aspecto finalístico, ou seja ainda a partir de seus efeitos, não é admissível a confusão dos institutos de abandono da causa e prescrição intercorrente da pretensão executiva.

Com efeito, deve-se ter em mente que a prescrição intercorrente é meio de concretização das mesmas finalidades inspiradoras da prescrição tradicional, guarda, portanto, origem e natureza jurídica idênticas, distinguindo-se tão somente pelo momento de sua incidência. Por isso, não

basta ao titular do direito subjetivo a dedução de sua pretensão em juízo dentro do prazo prescricional, sendo-lhe exigida a busca efetiva por sua satisfação. Noutros termos, é imprescindível que o credor promova todas as medidas necessárias à conclusão do processo, com a realização do bem da vida judicialmente tutelado, o que, além de atender substancialmente o interesse do exequente, assegura também ao devedor a razoabilidade imprescindível à vida social, não se podendo albergar no direito nacional a vinculação perpétua do devedor a uma lide eterna.

Destarte, a prescrição intercorrente, tratando-se em seu cerne de prescrição, tem natureza jurídica de direito material e deve observar os prazos previstos em lei substantiva, em especial, no Código Civil, inclusive quanto a seu termo inicial."(grifou-se).

Assim, por não se tratar de abandono da causa de natureza processual, o que acarretaria a extinção do processo sem resolução de mérito, mas de prescrição intercorrente, cuja natureza jurídica é de direito material, não tem aplicação ao caso em apreço a regra do art. 267, § 1º, do CPC/1973, motivo pelo qual **desnecessária a intimação nele prevista.**

3. Da incidência dos prazos prescricionais de direito material e do termo inicial para a verificação da prescrição intercorrente

Outra premissa importante que se extrai do IAC no REsp nº 1.604.412/SC são as teses que se firmaram acerca da **incidência dos prazos prescricionais de direito material para a verificação da prescrição intercorrente e quanto ao termo inicial da contagem de prazos de prescrição intercorrente:**

"1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980)." (grifou-se)

No caso em julgamento, correta a sentença ao reconhecer a incidência da prescrição intercorrente relativa à execução de carta de fiança lastreada em duplicatas mercantis, suspensa por mais de 11 (onze) anos no período compreendido entre 27/11/2006 e 4/7/2017, considerada a suspensão máxima do trâmite processual pelo período de 1 (um) ano, prevista nos arts. 265, § 5º, do CPC/2015, c/c o art. 40, § 2º, da Lei nº 6.830/1980 (fls. 309-311 e-STJ).

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PROCESSO PARALISADO POR TEMPO SUPERIOR AO DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO MATERIAL VINDICADO. INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE. CONTRADITÓRIO ATENDIDO. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. MULTA.

- Ação de execução de título extrajudicial (duplicatas mercantis).
 - Conforme consolidado pela 2ª Seção do STJ no Incidente de Assunção de Competência no REsp 1.604.412/SC, incide a prescrição intercorrente, nos processos regidos pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado.
 - Em respeito ao princípio do contraditório, deve o juiz, antes de pronunciar a prescrição intercorrente, intimar o credor-exequente a fim de que possa opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.
 - Hipótese em que, segundo as diretrizes firmadas pelo acórdão paradigma - ressaltado o posicionamento pessoal desta Relatora -, implementou-se o prazo da prescrição intercorrente, tendo sido atendido o princípio do contraditório mediante a intimação do exequente.
 - Recurso manifestamente improcedente que enseja, na hipótese dos autos, a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/15.
 - Agravo interno não provido, com aplicação de multa."
- (AgInt no REsp 1.738.505/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2018, DJe 21/11/2018).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO DIREITO INTERTEMPORAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DUPLICATA. PRAZO PRESCRICIONAL. TRÊS ANOS. ARTS. 70 E 77 DA LUG (DECRETO 57.663/66). PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE AFASTADA PELO TRIBUNAL. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXEQUENTE PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO, PARALISADO POR PRAZO SUPERIOR AO PREVISTO PARA A COBRANÇA DO TÍTULO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Nos termos do Enunciado Administrativo n. 2 do STJ, 'Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça'.
2. A eg. Segunda Seção do STJ, em sede de Incidente de Assunção de Competência no REsp 1.604.412/SC, sob a relatoria do ilustre Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, firmou tese de que 'Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002', e de que 'termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de 1 (um) ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980)'.
3. No caso, evidencia-se a ocorrência da prescrição intercorrente, uma vez que o feito executivo, cuja pretensão se sujeita ao prazo prescricional de 3 (três) anos, permaneceu paralisado, por inércia do exequente, por mais de 5 (cinco) anos.
4. Agravo interno provido, para prover parcialmente o recurso especial, admitida a pronúncia de prescrição intercorrente, ressaltada a apreciação

Superior Tribunal de Justiça

pelo Juízo de origem, de fato impeditivo, garantida assim a observância do contraditório."

(AgInt no AREsp 182.405/MT, Rel. Desembargador Convocado LÁZARO GUIMARÃES, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 30/10/2018).

"RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AUSÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INÉRCIA DO EXEQUENTE POR SETE ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. SÚMULA 150/STF.

1. Controvérsia acerca da prescrição intercorrente no curso de execução de título extrajudicial.

2. 'Prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação' (Súmula 150/STF).

3. 'Suspende-se a execução: [...] quando o devedor não possuir bens penhoráveis' (art. 791, inciso III, do CPC/73).

4. Ocorrência de prescrição intercorrente, se o exequente permanecer inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado.

5. Hipótese em que a execução permaneceu suspensa por sete anos sem que o exequente tenha adotado qualquer providência para a localização de bens penhoráveis.

6. Distinção entre abandono da causa, fenômeno processual, e prescrição, instituto de direito material.

7. Possibilidade, em tese, de se declarar de ofício a prescrição intercorrente no caso concreto, pois a pretensão de direito material prescreve em três anos.

8. Desnecessidade de prévia intimação do exequente para dar andamento ao feito.

9. Necessidade apenas de intimação do exequente, concedendo-lhe oportunidade de demonstrar causas interruptivas ou suspensivas da prescrição.

10. 'O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição' (REsp 1.589.753/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 31/05/2016).

11. Entendimento em sintonia com o disposto no novo Código de Processo Civil (art. 921, §§ 4º e 5º, CPC/2015).

12. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO."

(REsp 1.593.786/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/9/2016, DJe 30/9/2016).

Portanto, na linha do atual entendimento desta Corte, não há como afastar a prescrição intercorrente, porque o credor deixou transcorrer mais de 11 (onze) anos depois da suspensão da execução em virtude da ausência de bens penhoráveis.

4. Da observância do contraditório

Por fim, uma última premissa que deve ser extraída do IAC no REsp nº 1.604.412/SC é aquela relativa à necessidade de contraditório para manifestação específica

Superior Tribunal de Justiça

acerca da alegação de prescrição intercorrente.

Por oportuno, colhe-se daquele julgado:

"(...) Diante da distinção ontológica entre a prescrição intercorrente e o abandono da causa, nota-se que a prescrição intercorrente independe de intimação para dar andamento ao processo. Esta intimação prevista no art. 267, § 1º, do CPC/1973 era exigida para o fim exclusivo de caracterizar comportamento processual desidioso, dando ensejo à punição processual cominada na forma de extinção da demanda sem resolução de mérito.

Porém, mesmo sendo reconhecível de ofício, a prescrição não é indiferente à necessidade de prévio contraditório.

(...)

Destarte, para o eventual reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente, em ambos os textos legais - tanto na LEF como no novo CPC - prestigiou-se a abertura de prévio contraditório, não para que a parte dê andamento ao processo, mas para assegurar-lhe oportunidade de apresentar defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição. Portanto, frisa-se, não para promover, extemporaneamente, o andamento do processo (...)"

Assim, em observação ao princípio do contraditório, o credor deverá ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição intercorrente.

No caso em apreço, além de não se tratar de reconhecimento de ofício, esse postulado foi devidamente observado, pois a prescrição intercorrente foi suscitada pela primeira vez antes da prolação da sentença (fls. 121-157 e-STJ), alegação acerca da qual a parte recorrida foi instada a se manifestar (despacho de fl. 243 e-STJ) e sobre ela efetivamente se pronunciou por intermédio da petição de fls. 247-307 (e-STJ), conforme reconhecido no acórdão recorrido (fl. 556 e-STJ).

5. Dispositivo

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença de fls. 308-311 e 328 (e-STJ).

Fica prejudicado o pedido de tutela provisória (fls. 784-858 e-STJ).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator